

O Conceito de Radiodifusão Pública na visão de pesquisadores brasileiros¹

Camila Cristina CURADO²
Nélia Rodrigues Del BIANCO³
Universidade de Brasília, Brasília, DF

Resumo

Por meio de análise detalhada de artigos disponíveis na biblioteca do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina, foi realizada uma pesquisa, ao longo de um ano, sobre o conceito de radiodifusão pública empregado por pesquisadores brasileiros. Ao todo, foram analisados 81 artigos científicos originados de diferentes universidades do país e elaborados entre 2001 a 2013. Procurou-se avaliar em que medida o conceito construído por pesquisadores se aproximava dos princípios estabelecidos pela Unesco (2001), os quais caracterizam o serviço público: universalidade, diversidade, independência e diferenciação. O resultado desta pesquisa mostra e discute a dificuldade dos pesquisadores em definir a radiodifusão pública no Brasil. A maioria deles conceituam-na, basicamente, como não-comerciais e partilham da conclusão de que, no Brasil, não há emissoras públicas.

Palavras-chave: radiodifusão pública; legislação; histórico; definição; comunicação.

Este paper traz os resultados da pesquisa “Mapeamento do conceito de radiodifusão pública em artigos científico brasileiros” realizada como trabalho de iniciação científica no âmbito do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina. Trata-se de um espaço público online⁴ de tipo *think tank*, que promove discussões, análises e diagnósticos referentes aos avanços e impasses na estruturação e manutenção dos sistemas de radiodifusão pública na América Latina. Além de disponibilizar estudos e análises, o espaço tem uma biblioteca online com referências sobre mais de 200 títulos entre artigos, livros, teses e dissertações publicados na área.

Durante o processo de construção da biblioteca foi possível identificar que a academia tem promovido análises setoriais de algumas das mudanças em curso nas

¹ Trabalho apresentado na Divisão Rádio, TV e Internet da Intercom Júnior – X Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social da FAC-UnB. Bolsista CNPq de Iniciação Científica, membro do Observatório de Radiodifusão Pública da América Latina. E-mail: camilaccurado@gmail.com

³ Professora da Universidade de Brasília, Brasil. Doutora em Comunicação pela ECA-USP e estúdio de Pós-doutorado pela Universidade de Sevilha. Cofundadora do Observatório de Radiodifusão Pública na América Latina. E-mail: nbianco@uol.com.br, e-mail: neliadelbianco@gmail.com

⁴ Disponível em www.observatorioradiodifusao.net.br

emissoras públicas. São reflexões sobre o conjunto de iniciativas de países da América Latina no sentido de reorganizar rádios e TVs públicas que sempre estiveram atreladas a governos e aproximá-las da noção de serviço público. Cinco tendências de mudança foram sintetizadas por pesquisadores do Observatório:

“Criação de empresas públicas no lugar de estruturas jurídicas estatais centralizadas; instituição de conselhos deliberativos relativamente autônomos encarregados de supervisão da gestão das emissoras; diversificação de fontes de financiamento na tentativa de reverter a dependência de recursos de governos; e a renovação da programação com abertura para produção independente”.
(BIANCO, ESCH E MOREIRA, 2012)

O objetivo do mapeamento foi identificar qual o conceito de radiodifusão pública é utilizada em artigos científicos publicados em revistas científicas ou congressos da área realizados no Brasil que trazem a análise das mudanças em curso no cenário da radiodifusão pública.

Metodologia

A primeira questão metodológica do trabalho foi delimitar a amostra de análise. A pesquisa teve início com um levantamento do conteúdo existente na biblioteca do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina. Foram identificados 246 trabalhos entre artigos científicos, teses, dissertações, livros e resenhas publicados entre 1997 a 2013. Por meio da leitura do resumo desses trabalhos indentificou-se a origem dos trabalhos existentes no Observatório. Havia 33 publicações de autores de países como Espanha, Chile, Reino Unido, Venezuela, Argentina, México, Equador e 213 de pesquisadores brasileiros. Desse levantamento, foram excluídas para análise as teses, dissertações e livros, já que não havia tempo hábil para a leitura de todos eles. Do material restante, foram selecionados apenas estudos feitos no Brasil. A partir de então, o foco da pesquisa foi definido e contou com um acervo de 130 artigos científicos utilizados para análise.

Ao longo do mapeamento, as 246 publicações foram distribuídas em sete categorias dos dez diferentes temas criados para segmentar estes estudos. Os temas eram baseados em linhas de pesquisas possíveis de serem encontradas: Análise de sites de emissoras; Uso de ferramentas da internet; As redes sociais na relação entre emissoras e ouvintes; Funcionamento da radiodifusão como serviço público; Estudo de

caso sobre programas e emissoras específicas; Processos históricos da radiodifusão; Análise do conteúdo jornalístico, musical, educacional, cultural, fictício, científico e comercial na radiodifusão; Desafios da radiodifusão e transformações da radiodifusão no meio digital; Relação emissor e receptor: a interatividade, a notícia e Interatividade online. As categorias que não obtiveram nenhum estudo correspondente ao tema foram: Análise de sites de emissoras; Uso de ferramentas da internet e As redes sociais na relação entre emissoras e ouvintes.

Quatro dos sete temas restantes foram selecionados na primeira filtragem e nos quais ficaram distribuídos os 130 artigos lidos: Desafios da radiodifusão e transformações da radiodifusão no meio digital; Funcionamento da radiodifusão como serviço público; Processos históricos da radiodifusão e Estudo de caso sobre programas e emissoras específicas.

Para se definir a amostragem final, foram excluídos os artigos não conceituais, relacionados a Comunicação Organizacional e a Relações Públicas, resenhas e entrevistas publicadas em forma de artigo. Também foram retirados da pesquisa estudos relacionados a experiências municipais de TVs e rádios educativas e práticas e modos de se fazer um programa, afinal esses artigos eram bem menos conceituais e abordavam o cotidiano de rádios locais.

A amostra, portanto, foi constituída por 81 textos que, de alguma forma, abordaram o conceito de radiodifusão pública no Brasil. A categoria Funcionamento da radiodifusão como serviço público possuía 38 dos artigos analisados; Desafios da radiodifusão e transformações da radiodifusão no meio digital detinha 18; Processos históricos da radiodifusão concentrava 17 artigos, e os 8 artigos restantes estavam reunidos em Estudo de caso sobre programas e emissoras específicas.

Ao estudo dos artigos científicos, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo que permite o acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto. A característica fundamental da análise de conteúdo é a “leitura discursiva” dos documentos para verificar a frequência de surgimento de determinado tema no material analisado e, ao mesmo tempo, extrair estruturas textuais que permitam ao analista deduzir significados de tais conteúdos, realizando assim, um verdadeiro trabalho de interpretação de significados – recomposição hermenêutica do texto.

O objetivo da análise de conteúdo é levantar materiais textuais que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (e de recepção

também) de um determinado texto ou mensagem com a ajuda de indicadores quantitativos ou qualitativos. Em síntese, e de modo comparado, a ação do analista textual se aproxima ao do arqueólogo que trabalha a partir dos fragmentos que os documentos analisados oferecem. O conjunto desses fragmentos indica a manifestação de estados, de informações, de comportamentos, atos, enfim, de fenômenos. A partir dessas indicações e do tratamento interpretativo que o analista lhes aplica, se consegue obter um conjunto representativo de informações sobre o tema objeto da pesquisa (OLIVEIRA, 2008).

A leitura foi guiada por observar qual a perspectiva conceitual que os autores brasileiros trabalham a fim de verificar se esta se aproxima dos princípios estabelecidos pela Unesco (2001) que devem marcar o funcionamento da radiodifusão pública: a) universalidade – ser acessível a todos os cidadãos independente de sua posição social ou poder econômico; b) diversidade – refletir interesses públicos diversos (e divergentes) ao oferecer ampla variedade de programas no que se refere a gêneros, público e temas abordados; c) independência – operar como fórum no qual as ideias possam ser expressadas livremente, o que significa independência contra pressões financeiras, comerciais ou influência política; d) diferenciação – oferecer um serviço distinto das outras emissoras, não se limitar a produzir programas para audiências negligenciadas por outra mídia ou a abordar assuntos ignorados pela mídia tradicional de informação, trata simplesmente de um modo de organizar e produzir diferente, sem exclusão de qualquer gênero.

Resultados

A partir da análise, observamos que, de forma geral, artigos apontam a própria definição de “público” como o primeiro obstáculo na definição de um conceito para radiodifusão pública. As emissoras públicas necessitam estar vinculadas ao governo ou basta servirem a sociedade? De que forma uma emissora, vinculada a uma empresa ou órgão estatal, público ou privado atente às necessidades do público? Essas são questões básicas às quais a maioria – quase totalidade – dos artigos analisados discutem, na ânsia de definir um conceito de radiodifusão no Brasil. As pesquisas também buscam saber se, de fato, o conceito tal qual é apresentado se aproxima ou não da tradição europeia ou americana e se é aplicável na prática.

Em parte, a dificuldade brasileira se deve à indefinição do conceito na legislação. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 223, prevê a

complementaridade entre os sistemas estatal, público e privado de comunicação. O dispositivo nunca foi regulamentado, nem mesmo estabelecido o caráter da complementaridade, ou como seria a divisão da concessão de canais entre os segmentos. Em tese, o sistema estatal faria prestação de serviços do governo e apresentaria à população o ponto de vista governamental como componente da variedade de pontos de vista da democracia midiática. O sistema público também como componente importante da variedade democrática seria porta-voz da sociedade, oferecendo pluralidade de opinião e de diversidade cultural sem intermediação do governo ou de interesses da iniciativa privada.

Na prática, essa complementaridade nunca se efetivou e, historicamente, acabou por haver um predomínio das emissoras privadas. Em funcionamento estão 9.745 emissoras de rádio e TVE retransmissoras comerciais e apenas 176 FM e 89 TVs educativas de acordo com dados do Ministério das Comunicações de 2012. Pelos dados oficiais, o segmento de emissoras educativas representa 2,6% do sistema de radiodifusão⁵.

O Decreto-Lei nº 236 de 1967 definiu que a televisão educativa é destinada à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates. Portanto, não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos. Dessa forma, o serviço se caracteriza pela finalidade e não pela titularidade da concessão, haja visto que as emissoras educativas podem ser vinculadas a governos, universidades federais e até a fundações públicas e privadas.

Em 15 de abril de 1999, os ministérios da Educação e das Comunicações baixaram Portaria Interministerial nº 651, que acrescentou à definição original a liberdade para veicular programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação.

A dificuldade de definir a radiodifusão pública no Brasil, levou a maioria dos autores dos artigos analisados a conceituarem-na, basicamente, como não-comerciais. Márcio Acselrad e Natália Maia Flávia de Lima (2013), retomam Jonas Valente (2009,

⁵ Emissoras licenciadas – Dados do Sistema de Controle de Radiodifusão de 03/05/2012 do Ministério das Comunicações disponível em <http://mc.gov.br/aco-es-e-programas/radiodifusao/dados-gerais>

p.94) para definir radiodifusão pública. Segundo Valente, a definição de uma TV pública, privada ou estatal está na “titularidade do veículo ou a natureza institucional de seu explorador”. Ou seja, a origem da empresa ou órgão que gerencia e opera as emissoras é o que define se ela é pública, privada ou estatal. E, portanto, caracteriza-se como pública a empresa de comunicação operada por uma “companhia estatal com uma estrutura institucional que lhe garanta autonomia de gestão e financeira”. Este é o conceito usado por quase 100% dos artigos lidos. Se TV ou rádio foram fundadas por um órgão público, ela também se caracteriza como tal.

Contudo, o conceito de radiodifusão pública não se limita à sua origem administrativa. O fator de relevância para os pesquisadores é identificar se as emissoras atendem às demandas educativas, culturais e informativas da sociedade. “No Brasil nunca prosperou a percepção dos meios de comunicação como prestadores de serviço fundamental à cidadania, tal qual nas noções de serviço público européias ou de interesse público estadunidense”. (SANTOS, VIEIRA E PAIVA, 2008). Portanto, a trajetória histórica percorrida pela consolidação das emissoras públicas no país impossibilitam a aplicabilidade do conceito na prática, pois permitiram que interesses políticos e comerciais prevalecessem.

O primeiro aspecto que gostaríamos de salientar é o serviço público, que no telejornalismo britânico se traduziu num distanciamento político para não se comprometer com uma perspectiva enviesada dos acontecimentos assumindo uma postura neutra, em busca de versões diferenciadas dos fatos, enquanto no Brasil houve o movimento oposto: alinhamento político para evitar entrar em confronto com o governo militar. (SILVA, 2006)

Observa-se que a maioria dos pesquisadores brasileiros está de acordo ao relatar atrasos na legislação que rege os serviços de rádio e TV públicas, além de existirem contradições dentro da lei as quais dificultam o desenvolvimento dos conceitos de radiodifusão pública. A maioria das pesquisas aponta para a prática do patrimonialismo por parte dos governantes brasileiros, distribuindo concessões para políticos e instituições que atendam seus interesses. Por conta desses dois problemas, as formas de financiamento e gestão administrativa desse meio ficam prejudicadas e somam forças para que o Estado mantenha sob seu controle a programação das emissoras, denominadas por lei, “públicas”.

O que se pratica atualmente é uma herança antiga, herdada pelo governo de Getúlio Vargas, o primeiro a desenvolver a comunicação estatal no Brasil, e posteriormente remodelada pelo governo militar. Esses dois momentos históricos importantíssimos para a consolidação da radiodifusão pública no país foram permeados pelo regime ditatorial, cuja via autoritária fortalecia a presença do Estado na comunicação. Mas nem por isso, significa que houve predomínio das emissoras estatais, ao contrário, o que se registrou foi o fortalecimento das emissoras privadas. A partir de então, a radiodifusão adquire uma característica essencialmente comercial, cada vez mais sólida e dominante, como afirmam grande parte dos autores analisados na pesquisa. Enquanto a radiodifusão pública padece:

Vale ressaltar que, mesmo com a implantação da Radiobrás pelo regime militar e das emissoras educativas estaduais, o Brasil carece de um sistema público de comunicação – que viesse a complementar o sistema privado e disponibilizar espaços para as produções que não tinham acesso às redes de televisão. (COELHO e CARVALHO, 2012)

E, de fato, os caminhos históricos da consolidação das rádios e TVs públicas no país são a prova disso. Não há instrumentos regulatórios que controlem a qualidade das programações e a destinação de espaços para a cultura e para a educação.

As concessões continuam sendo quase automáticas e praticamente inviáveis os mecanismos para sua cassação, a quebra dos oligopólios e a falta de compromisso com a proposta inicialmente educativa, regional e com produção independente de todas as emissoras passa longe de ser cumprida. (REIS, 2011)

Modelo de financiamento

Outro obstáculo encontrado para se aproximar conceitualmente dos princípios que qualificam a radiodifusão pública conforme preconiza a Unesco (2001) é a dependência financeira da verba governamental para manter o funcionamento das emissoras.

O financiamento é a parte mais complicada na América Latina. É tradicional a situação em que o Estado é o principal financiador do sistema público e esta torna-se ainda mais complicada quando a proposta é destinar dinheiro público para meios de comunicação que não estejam sob gestão e controle do governo. Em outras palavras, qualquer mudança na forma de sustentação financeira precisa romper com a cultura do “quem paga manda”. (BIANCO, ESCH E MOREIRA, 2012).

Acontecimentos históricos, como os regimes militares dos países latino-americanos, marcaram muito o processo de regulação e tornaram-se um dos principais empecilhos na conquista de independência das emissoras públicas, fato que se reflete até hoje nos mecanismos de gestão das emissoras. Em outros países, como “a BBC (britânica), a NHK (japonesa) e a ABC (australiana), que vetam completamente a publicidade e os patrocínios, insistem que a prestação de serviço à sociedade deve ser totalmente financiada com recursos públicos” (DETONI, 2013). Além destes, outros modelos de financiamento praticados por emissoras-modelo:

No Canadá, a mídia pública não conta com uma verba fixa arrecadada por meio de uma taxa específica, como ocorre com a BBC de Londres, tampouco recebe doações generosas do público, como a PBS americana. O orçamento da CBC/Radio-Canada é composto de verbas do governo federal e de receitas obtidas com publicidade, patrocínios, venda de programação por assinatura, merchandising, direitos de retransmissão, aluguel de equipamentos, aplicações financeiras e serviços digitais, entre outros. (DETONI, 2013)

Detoni ainda apresenta as diversas formas de financiamento existentes. O Brasil poderia adotar qualquer uma dessas, contudo, interesses políticos impedem essa mudança no custeio das empresas de comunicação:

Os mecanismos encontrados ao redor do mundo para financiar a mídia pública são os mais variados: verbas disponibilizadas diretamente pelo governo, taxas cobradas dos usuários, taxas cobradas de emissoras comerciais, taxas cobradas de indústrias ligadas às telecomunicações (fabricantes de aparelhos, operadoras de serviços de telecomunicações, ou fornecedores de energia elétrica), doações, vendas de programas, merchandising, prestação de serviços a terceiros, patrocínios e anúncios publicitários. Qualquer sistema escolhido envolve uma luta constante pela manutenção da autonomia editorial, com governos manipulando a concessão de fundos para “domesticar” ou “adoçar” as emissoras. (DETONI, 2013)

A política de financiamento é essencial dentro do sistema de radiodifusão porque a partir dele é que se pode determinar o investimento em programação. No entanto percebe-se que os pesquisadores temem que o financiamento privado nas emissoras públicas venha e interferir diretamente no perfil editorial. Porém, o mesmo se pode dizer da dependência financeira e econômica do estado que também leva a uma gestão que tem sua independência comprometida pela interferência de interesses político-partidários que estão presentes em muitas emissoras estaduais.

Pesquisadores ressaltam a ação de entidades de defesa na radiodifusão pública com o objetivo de tornar emissoras independentes financeiramente. É o caso da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), criada em 1998, que sempre defendeu a utilização de patrocínios e apoios culturais às emissoras não-comerciais. A prática já foi adotada pela TV Cultura que, no ano de 1993, conseguiu patrocínio para todos os seus programas e “foi multada 300 vezes pelo Ministério das Comunicações, mas num gesto de ‘desobediência civil’, recusou-se a pagar e nada lhe aconteceu”. (DINIZ, 2005) Essas iniciativas representaram um avanço na forma de financiamento da radiodifusão pública, pois “no final dos anos 90, praticamente todas as emissoras de TV de caráter educativo, em todo o país, estavam operando com patrocínios e até mesmo com anúncios” (DINIZ, 2005). Ocorre que a medida não avançou porque, no final da década de 1990, essa prática acabou sendo vetada pelo governo a partir de pressão de emissoras privadas.

Existe radiodifusão pública no Brasil?

Para a maioria dos autores de artigos científicos analisados, espera-se que uma emissora pública se caracterize pela difusão de conteúdo cultural, educativo, artístico, informativo e a incessante busca pela imparcialidade e a pluralidade, além de possuir grade de programação heterogênea que espelhe a diversidade cultural do país. Rádios e televisões de caráter público devem privilegiar o informação de qualidade isenta de qualquer interferência, seja ela comercial ou política de qualquer natureza. Para os pesquisadores, a maioria das emissoras atende parcialmente os preceitos que caracterizam um serviço público de radiodifusão.

A EBC, que deveria cumprir esse papel, ainda se mostra dependente do governo, embora apresente avanços na sua forma de gestão. A criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC pela Lei nº 11.652/2008 foi a alternativa encontrada para cumprir a promessa do governo Lula (2003-2010) de unificar e gerir, sob controle social, as emissoras federais existentes e superar os problemas de gestão⁶. E permitiu também definir objetivos e princípios que devem pautar a conduta de serviços de radiodifusão

⁶ Atualmente a entidade é responsável pela Agência Brasil, Radioagência Nacional, TV Brasil, TV Brasil Internacional, Rádios MEC AM e FM, além das Rádios Nacional do Rio de Janeiro, AM e FM de Brasília, da Amazônia e do Alto Solimões. Um braço da empresa assumiu a operação e a gestão de mais de 20 serviços prestados à Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal nas áreas de televisão, rádio, clipping e publicidade, além da operação da NBR – a TV do Governo Federal.

explorados pelo poder executivo de âmbito federal. Entre os objetivos estão: a) oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional; b) desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania; c) fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação; d) buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos; e) direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores. Na forma de gestão, a empresa conta com três conselhos – administrativo, financeiro e curador – e uma diretoria executiva⁷. A ideia é que os conselhos se regulem entre si e também o andamento da empresa – financeiramente, administrativamente e, sobretudo, em relação ao cumprimento do seu compromisso social na produção e transmissão de conteúdos e no uso do seu espaço na TV e no rádio. Importante destacar, que o Conselho Curador tem representação sociedade.

A TV Cultura, em São Paulo, é a emissora que mais se aproxima do conceito público segundo os pesquisadores analisados, tanto em questão de conteúdo, quanto no quesito administrativo, afinal, nasceu com administração independente, inspirada nos moldes da British Broadcasting Corporation (BBC). Além de possuir o perfil administrativo mais independente dentre as TVs e rádios públicas do país, a TV Cultura também teve um papel crucial na história do desenvolvimento da radiodifusão ao contribuir para o desenvolvimento da televisão pública e educativa nacional. Foi a ela uma das principais motivadoras do debate público sobre a legislação referente aos rumos da tecnologia nos meios de comunicação.

É certo que as TVs e rádios públicas brasileiras só farão jus a sua denominação de “públicas” quando se tornarem apartidárias e independentes das lógicas de mercado e do governo. Enquanto isso não acontece, o que se observa é uma busca, principalmente

⁷ Embora tenha como propósito atuar com independência, o corpo dirigente da empresa (presidente, membros dos conselhos fiscal e administrativo) ainda é nomeado, exclusivamente, por autoridades do governo federal.

por parte das TVs públicas, pelo modelo de gestão, financiamento e programação das TVs comerciais.

A maioria das emissoras de rádio e TV públicas em funcionamento na América Latina está vinculada ao aparato estatal, de forma direta ou indireta. Nessa condição estão subordinadas a um aparato jurídico que nem sempre favorece a gestão administrativa eficiente e, sobretudo, autônoma (BIANCO, ESCH E MOREIRA, 2012).

É fundamental superar práticas clientelistas na distribuição de concessões utilizadas por governos como “‘moeda de barganha’ entre governantes e políticos, prática conhecida como ‘coronelismo eletrônico’” (TORRES, 2008). As brechas nas leis dificultam o controle sobre a distribuição das radiofrequências no país tem impacto também no segmento público. A exemplo do episódio relatado por Rodrigo Murtinho de Martinez Torres quando foram concedidas concessões educativas para políticos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula. No primeiro, foram autorizadas 357 concessões de TVs educativas sem licitação. No segundo, “foram aprovadas 110 emissoras educativas – 29 televisões e 81 rádios –, sendo pelo menos 7 concessões de televisão e 27 de rádio para fundações ligadas a políticos.” (TORRES, 2008)

Conclusão

Na construção da análise, os artigos foram avaliados para saber em que medida o conceito utilizado pelos pesquisadores brasileiros se aproximavam dos princípios estabelecidos pela Unesco (2001): universalidade, diversidade, independência e diferenciação. O que se pode constatar é que, em certa medida, os pesquisadores buscaram ver na análise que fizeram se as emissoras estavam ou não atuando conforme esses princípios.

Em relação a acessibilidade muitos autores apostam nas novas tecnologias na busca da disseminação do conteúdo de interesse público. Poucos artigos discordaram dessa previsão ao afirmarem que, devido às grandes diferenças sociais existentes no Brasil, os avanços tecnológicos não alcançam à toda a população, ficando limitados às classes mais altas. Os artigos que abordam novas tecnologias atreladas às emissoras, ressaltam que este recurso veio com o intuito de aumentar a acessibilidade do público e que pode beneficiar a radiodifusão pública.

Quanto à programação, os autores discutem as características ideais para uma programação de qualidade. Segundo Márcio Acselrad e Natália Maia Flávia de Lima (2013) para se atender a todas as classes sociais, é legítimo que haja uma programação de alto nível de qualidade sem se deixar levar por atender unicamente a índices de audiência. Portanto, para consolidar a função de radiodifusão pública, as emissoras que prestam esses serviços devem ofertar um conteúdo socialmente abrangente. Afinal, elas têm a missão de expor para o espectador ou ouvinte a diversidade de ideias e opiniões, debater questões sociais, políticas, econômicas e filosóficas por meio de diferentes abordagens, veicular conteúdo artístico, científico, cultural e educacional e dar voz à sociedade. A partir destes preceitos, ela se distancia cada vez mais dos meios de comunicação privados, que visam a audiência.

A maioria dos pesquisadores concordam que para o bom funcionamento da radiodifusão é necessário independência que possa assegurar autonomia editorial e administrativa com relação ao Estado. Dessa forma, os artigos lidos concordam que o governo não deve interferir na nomeação dos dirigentes das emissoras públicas e nem no conteúdo vinculado por elas. Possibilitar a participação da sociedade através de mecanismos interativos nas decisões sobre o conteúdo e a política praticados também consolidariam o conceito ideal de radiodifusão pública.

A rádio ou TV pública precisa se diferenciar das emissoras privadas. Autores como Eugênio Bucci (2013) destacam a importância da radiodifusão pública justamente pelo seu diferencial ao servir aos interesses sociais. A TV pública, segundo o autor, tem mais chances de emancipação, pois, ao contrário da TV comercial, que teme um dia não ser mais necessária, a TV pública corresponde aos anseios sociais ao suprir uma necessidade (educacional) que a televisão comercial não consegue atender.

Portanto, pode-se perceber da análise do conjunto de artigos científicos que alguns assuntos ainda são pouco explorados especialmente os relacionados à integração com a internet e as redes sociais. Contudo, foi comum encontrar artigos que abordassem a implantação e o funcionamento da TV Digital atualmente, além dos futuros benefícios da multiprogramação na TV pública. Contudo não há aprofundamento no estudo do assunto.

É visível a incessante busca por uma definição exata de radiodifusão pública, principalmente nos estudos realizados no Brasil. Por conta disso, estudos retomam

acontecimentos históricos que marcaram a consolidação da radiodifusão no país, fazem referências à legislação, às políticas públicas e ao direito à comunicação dos cidadãos.

A dificuldade de conceituação sobre o que é público, presente na maioria dos textos, parece natural: “A única unanimidade doutrinária quanto ao conceito de serviço público é, possivelmente, a dificuldade de defini-lo com precisão” (WIMMER e PIERANTI, 2008). De forma geral, a TV Cultura é apontada como a emissora brasileira mais próxima do conceito de radiodifusão pública e, embora siga algumas precedentes existentes na rede britânica BBC, alguns autores destacam a distância ainda entre ambas – afinal, “a TV Cultura guarda anos luz de distância em relação ao modelo da BBC” (DINIZ, 2005). Uma das críticas feitas à emissora brasileira é o fato de alguns cargos gerenciais serem vitalícios.

Sobre as formas de financiamento, muitos artigos destacam que os recursos poderiam provir diretamente do público ou de fontes mistas, incluindo a iniciativa privada, o que se aproxima de uma visão americana do conceito de público. Nos EUA, o que define uma emissora pública não é a fonte de financiamento de origem estatal, mas se a atuação da emissora e o conteúdo que produz estão direcionados ao interesse público. A diversificação das fontes de financiamento seria o antídoto à tendência de apropriação da radiodifusão pública, principalmente a TV, pelo governo, evitando ser alvo fácil de manipulação política.

Mais uma vez, a falta de regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da Comunicação (arts. 220 a 224) e a falta de um Código Brasileiro de Telecomunicação atualizado são fatores responsáveis pela falta de controle da grade de programação (principalmente com relação às TVs comerciais) e pelo fraco desempenho e aproveitamento de TVs educativas.

Diante de tantos fatores determinantes para se definir radiodifusão pública, a pesquisa busca concentrar em um único artigo o conteúdo que vem sendo discutido por pesquisadores brasileiros ao longo dos últimos 13 anos. Com isso, objetivou-se refletir sobre os limitadores do pleno funcionamento de empresas de comunicação públicas e fomentar discussões sobre o futuro da radiodifusão pública no país.

Utilizando-se como base o acervo do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina, que completa três anos de existência este ano, a pesquisa também pretende somar conhecimento com os outros estudos existentes no site e tornar-se parte

da história recente do Observatório. Por fim, este artigo busca contribuir na formação do conceito de rádio e TV públicos no Brasil, abrir espaço para mais debates sobre o tema e estimular a exploração de novas linhas de pesquisa sobre os caminhos da radiodifusão no país.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, M.; LIMA, M. F. “TV Brasil” e a democratização da televisão brasileira no atual cenário de concentração midiática. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v.15, n.2, p.102-120, maio-ago. 2013.

BIANCO, N. R.; ESCH, C. E.; MOREIRA, S. V. Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina. **Revista Estudos em Comunicação – LabCom: Laboratório de comunicação e conteúdos online - Estudos em Comunicação**, n.12, p.155-181, dez. 2012.

BUCCI, E. Sobre a independência das emissoras públicas no Brasil. **Revista Estudos em Comunicação – LabCom: Laboratório de comunicação e conteúdos online - Estudos em Comunicação**, n.12, p.155-181, dez. 2012.

COELHO, S. B.; CARVALHO, J. M. O conceito da televisão pública para a Rede Nacional de Televisão Pública Digital. **Revista Eletrônica Temática**, ano VIII, n.02, fev. 2012.

DETONI, M. Mídia Pública e Publicidade: parceria de alto risco. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v.15, n.2, p.74-76, 2013.

DINIZ, A. M. C. Possibilidades para a TV Pública no Brasil: Uma reflexão a partir da experiência da Public Broadcasting System (PBS). **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, RJ, 2005.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem**, p.569-576, v.16, n.4, out-dez. 2008.

REIS, R. C. Lutas sociais pela democratização da comunicação e comunicação pública: biografias de dois mundos paralelos e seus pontos de convergências. **Intercom - XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Recife, PE, 2011.

SANTOS, S.; VIEIRA, T. M.; PAIVA, T. S. B. Condições de diversidade na distribuição e na produção audiovisual: análise dos casos da televisão comercial aberta, da distribuição cinematográfica e da criação de uma rede pública de televisão. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Natal, RN, 2008.

SILVA, F. M. O Telejornalismo no Brasil e no Reino Unido: Uma análise histórica do jornalismo da Globo e da BBC. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Brasília, DF, 2006.

TORRES, R. M. M. Múltiplas configurações de tvs públicas no Brasil - um estudo preliminar. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Natal, RN, 2008.

WIMMER, M.; PIERANTI, O. P. Serviços públicos de radiodifusão? Incoerências, insuficiências e contradições na regulamentação infraconstitucional. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Natal, RN, 2008.